

CA (FN) Nélio de Almeida
nelio@cddcfm.mar.mil.br

O CFN e a defesa da Amazônia Azul



O CA (FN) Nélio de Almeida é atualmente o Comandante do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. É oriundo de Escola Naval. Coursou os Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval e o *Command and Staff College and On-The-Job Training* nos Estados Unidos. Já Comandou o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, o Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais e o Centro de Reparos e Suprimentos Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais. É, também, cursado nos cursos de Formação de Avaliadores de Prêmio da Qualidade do Governo Federal e de Autoavaliação de Gestão.

A Amazônia Azul e o Atlântico: o contexto político-estratégico

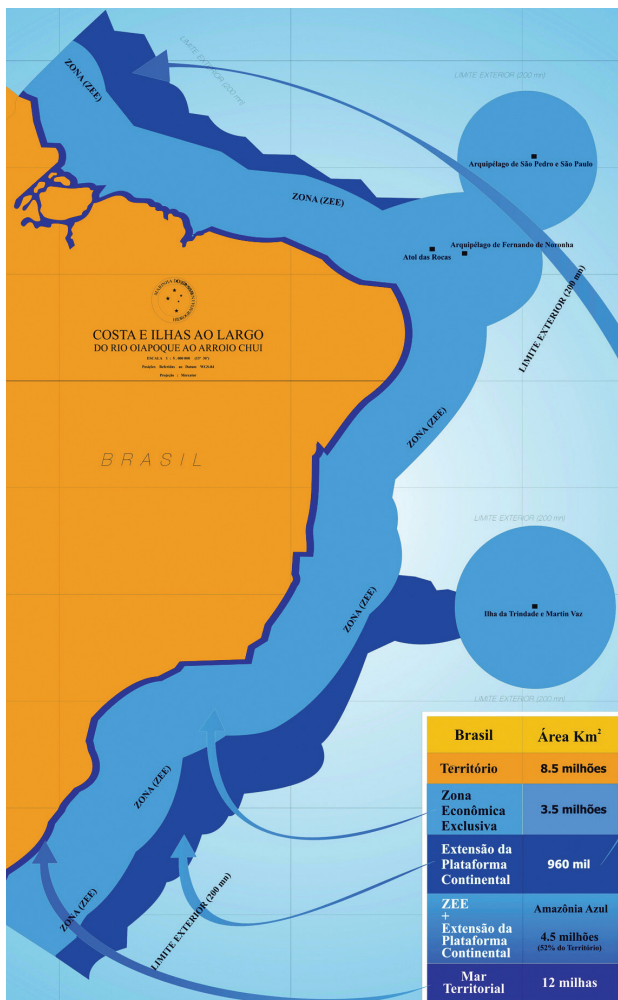


Figura 1: Amazônia Azul

Fonte: Centro de Comunicação Social da Marinha

Amazônia Azul pode ser entendida como um “conceito” que busca amalgamar e evidenciar uma área litorânea ao litoral brasileiro a qual, genericamente, avança até os limites da plataforma continental. Nela está concentrada parcela significativa dos interesses brasileiros no mar e é por meio desta “marca” que, em última análise, a Marinha do Brasil (MB) se esforça em chamar a atenção da nação brasileira em relação à sua importância para o desenvolvimento e a segurança do Brasil.

Neste contexto maior, este artigo buscará destacar as contribuições do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), como parcela intrínseca da MB, para a defesa da Amazônia Azul, imenso patrimônio do povo brasileiro. Entretanto, em que pese a centralidade da Amazônia Azul como foco deste trabalho, verificar-se que, em termos geopolíticos e estratégicos, nossa atenção deve alcançar grandes espaços no Atlântico e nas faixas litorâneas dos continentes que o limitam. Como mencionado pelo Ex^{mo}. Sr. AE (FN) Alvaro Augusto Dias Monteiro, Ex-Comandante-Geral do CFN e atual Presidente do Conselho de Estudos Político-Estratégicos (CEPE)¹, “... a defesa da Amazônia Azul não deve ser conduzida de seu interior. Para protegê-la serão necessárias ações nos níveis político, estratégico militar e operacional, as quais não estarão restritas aos espaços marítimos brasileiros.”²

Além do argumento acima apresentado, verifica-se a necessidade de nos preocuparmos com os espaços oceânicos, costeiros e insulares no Atlântico, muito além da Amazônia Azul, calcado em legítimos interesses sobre espaços marítimos mais afastados, como os relacionados às Linhas de Comunicações Marítimas, com a inserção do país no cenário político mundial e com o atendimento de compromissos internacionais específicos, os quais não devemos esquecer.

¹ O CEPE é o órgão de assessoria do Chefe de Estado-Maior da Armada, sediado na Escola de Guerra Naval, e tem por propósito contribuir para o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a evolução dos estudos da Defesa Nacional, com ênfase no pensamento político-estratégico marítimo brasileiro.

² *O Anfíbio: A Próxima Singradura*, edição extra, 2010.

A Figura 2 apresenta, genericamente, a área considerada de interesse pelo autor para o desenvolvimento das ações políticas, estratégicas e operacionais necessárias, doravante citada como “Área de Interesse”, as quais, obviamente respeitarão os ditames do direito internacional e dos acordos e tratados de que o Brasil for signatário, tudo com o devido alinhamento com a Política Exterior do Brasil em vigor.

Nesta Área, apesar das iniciativas para o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)³ na sua parte principal – o Atlântico Sul –, interesses de diversos atores vêm nela se materializando. Como exemplos, vê-se a presença da China e de membros da OTAN na região, além de ocorrências de atividades piratas no Golfo da Guiné. Verifica-se que disputas ainda não completamente resolvidas estão também presentes nesta área. Neste cenário serão desenvolvidas as ações políticas, estratégicas e operacionais necessárias à defesa da Amazônia Azul, exigindo um entendimento avançado dos interesses dos atores presentes.

A defesa da Amazônia Azul: a campanha

Considerando-se o contexto político e estratégico anteriormente abordado, passaremos a “pensar” as ações necessárias à defesa da Amazônia Azul no nível operacional. Para tanto, seguir-se-á a mesma linha de raciocínio do CA (FN) Renato que, partindo do conceito de Antiacesso - Negação de Área (sigla em inglês - A2/AD)⁴, apresentou uma proposta de como o A2/AD deveria ser desenvolvido, sugerindo que ações necessárias dar-se-iam em camadas. Estas camadas são basicamente apresentadas em termos espaciais, como mostrado na Figura 2, mas também podem ser visualizadas em termos temporais⁵.

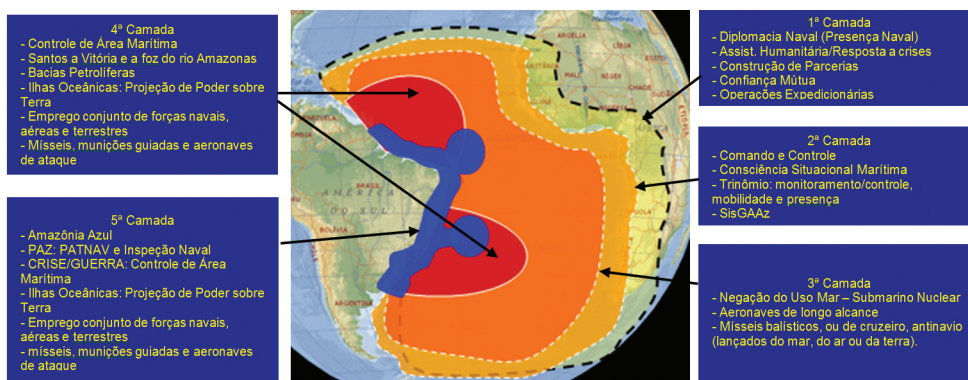


Figura 2: Área de Interesse

Fonte: CA (FN) Renato, Monografia C-PEM/2011

Buscando agregar detalhamento ao conceito do estabelecimento de camadas conforme apresentado, imagina-se que, na primeira camada, os esforços de nossa política externa devam garantir “engajamento” efetivo e prioritário, em todos os campos do poder

nacional, na interação com países selecionados das costas atlânticas africana e americana, de modo a consolidar e coordenar interesses comuns de desenvolvimento e segurança, visando a facilitar as ações de defesa da Amazônia Azul. Fundamentalmente, trata-se de buscar condições que facilitem nossas ações e que impeçam ou dificultem o ingresso de poderes navais estrangeiros ao Atlântico pelo sul.

Tais ações, no nível subsetorial da Defesa, podem ser exemplificadas pelas ações de Diplomacia Naval e de apoio à política externa, materializadas nos Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) na Namíbia e em São Tomé e Príncipe, nos exercícios com as Marinhas desses países e mesmo na Operação de Paz no Haiti, entre outras. Estas iniciativas tenderão a fazer com que estes países não se interessem em apoiar o Poder Naval (PN) estrangeiro em seus territórios e estejam propensos a apoiar os meios navais brasileiros, ou de coalizões regionais formadas para enfrentar situações específicas, tanto para a prevenção ou mitigação de crise, quanto no caso de conflito. No mesmo diapasão, o PN brasileiro deverá estar pronto para atuar em Operações de Paz e Assistência Humanitária de forma prioritária em nossa Área de Interesse, bem como no atendimento a compromissos internacionais. Trata-se, em última análise, de buscar a presença avançada e a construção de parcerias nesta primeira camada.

Na segunda camada, destaca-se ser importante explicitar que a consciência situacional, a capacidade de comando e controle e a implementação do trinômio monitoramento/controle-mobilidade-presença devem ocorrer em relação a toda a Área de Interesse e não somente na Amazônia Azul. Como o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAaz) tem como foco a própria área a ser defendida, conclui-se que outras

medidas complementares ao Sistema serão necessárias de modo a garantir os referidos aspectos. Assim, visualiza-se que a MB deve estar preparada para, à medida que a situação político-estratégica vá recrudescendo, executar ações de patrulhamento nas linhas Dakar-Foz do Orenoco, ao norte, e Cabo da Boa

Esperança-Foz do Prata, ao sul, de acompanhamento de “alvos de interesse” que venham a ser identificados e de busca nos seguintes pontos focais: saliente nordestino; Foz do Amazonas; Arquipélago de Fernando de Noronha; Arquipélago de Trindade; Bacia de Campos; e entrada de Rio Grande.

Na terceira camada, entende-se que, mesmo somente buscando a negação do uso do mar, isto não será viável em toda a extensão da “Área de Interesse”; assim, o esforço de negação deve ser direcionado para as mesmas áreas focais anteriormente mencionadas. Entretanto, no espaço coberto por essa camada, poderão ser desenvolvidas operações e ações de guerra naval, conforme previsto na Doutrina Básica da Marinha (DBM), para destruir ou neutralizar os meios de pretensos inimigos em suas bases ou no trânsito, ou ainda, os seus pontos de apoio, de modo a impedir que as platafor-

³ ZOPACAS - estabelecida em 1986, pelas Nações Unidas, é integrada por 24 países do Atlântico Sul. Seu propósito é manter a região livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa. Abrange diversas outras iniciativas na direção da manutenção da região como área livre de conflitos.

⁴ Ver artigo “A estratégia Antiacesso/Negação de Área (A2/AD)” nesta Edição.

⁵ FERREIRA, Renato Rangel. Operações Anfíbias no Século XXI: tarefas básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, abr./jun. 2014.

mas inimigas alcancem as distâncias necessárias para lançamento de seus armamentos.

Em relação às duas últimas camadas, às atividades listadas na figura anterior nada temos a acrescentar, à exceção da necessidade de coordenação, no nível operacional, das ações a serem executadas na Foz do Amazonas, uma vez que estas vão contribuir simultaneamente para a defesa da Amazônia Azul e da Amazônia Verde.

No que tange ao emprego conjunto das Forças Armadas, observa-se que, embora a Força Aérea Brasileira possa contribuir até o limite dos raios de ação de suas aeronaves e o Exército Brasileiro nas proximidades do litoral, caberá à Marinha do Brasil a principal parcela da garantia dos interesses nacionais na imensa área já apresentada.

Em todas as camadas, verifica-se a possibilidade de participação do CFN na defesa da Amazônia Azul, o que será detalhado no prosseguimento deste artigo, particularmente quando abordando a questão no nível tático. Contudo, é importante mencionar que, no nível operacional, destaca-se a possibilidade de aplicação do CFN na defesa das ilhas oceânicas brasileiras ou na sua reconquista, caso venham a ser perdidas durante o conflito, e em relação às demais ilhas encontradas na Área de Interesse que vierem a ser usadas por poder antagônico, para ações de reconhecimento ou visando à neutralização de capacidades do inimigo nelas desdobradas.

O Poder Naval: contribuições do CFN

Para o desempenho de sua destinação constitucional e cumprimento de outras tarefas previstas na legislação infraconstitucional, a MB exerce liderança importante no tocante aos rumos do Poder Marítimo brasileiro e labora diuturnamente no preparo e emprego do PN. Como parcela integrante e indissociável deste poder, o CFN, incorpora as características do PN de mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade, dando resposta às demandas em tempos de paz, de crise ou de conflito. Tal resposta poderá ser materializada: por meio do emprego de pessoal em tarefas específicas, como nos intercâmbios; por meio de destacamentos, como no caso do GAT-FN; e empregando Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), como no caso do Haiti. O emprego dos GptOpFuzNav dar-se-á, normalmente, como parte do Conjugado Anfíbio formado com os meios navais e aeronavais.

O CFN possui características marcantes que o habilitam a disponibilizar possibilidades significativas de contribuições para o emprego do PN, de forma conjunta ou singular, para a defesa dos interesses nacionais, incluindo a Amazônia Azul. Neste aspecto, a primeira característica a ser mencionada, e talvez a base das demais, relaciona-se com os valores fundamentais de nossa corporação – honra, competência, determinação e profissionalismo –, disponibilizando oficiais e praças capacitados a desempenhar suas tarefas, seja em organizações de Fuzileiros Navais, da Marinha, seja da Defesa.

Em seguida, explicita-se o caráter expedicionário por excelência, segundo a Estratégia Nacional de Defesa⁶, a qual confere aos planejadores, em todos os níveis de condução da crise ou do conflito, uma

diversidade considerável de opções de emprego do Conjugado Anfíbio pela capacidade de atuar de forma autônoma, por longos períodos, em área desprovida de suporte local, face a um desafio específico e com a devida integração com os demais participantes do evento.

Soma-se a isto a prontidão dos GptOpFuzNav, que possibilita uma reposta rápida às demandas do emprego de força, e a atualidade do material, que, com equipamentos no estado da arte, resulta em uma força moderna e equilibrada, além de versátil, flexível, de grande mobilidade estratégica⁷, características “herdadas” do PN.

Os Fuzileiros Navais estão presentes em todos os níveis de condução de crise ou conflito. No nível político-estratégico com a participação de oficiais e praças integrando os diversos setores do Ministério da Defesa, em particular no Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), estão liderando atividades específicas ou prestando assessoria de alto nível quanto ao emprego da tropa anfíbia. No nível operacional, além do trabalho de assessoramento de alto nível, os GptOpFuzNav já aparecem como opções de relevo no quadro do desenho operacional. Por fim, no nível tático, principal arena do GptOpFuzNav, vemos a tropa anfíbia participando no desempenho de diversas operações e ações de guerra naval, de atividades de emprego limitado da força e benignas.⁸

As citadas operações, ações e atividades nas quais os Fuzileiros Navais participam estão alinhadas com as quatro tarefas básicas do PN, quais sejam: negar o uso do mar; controlar áreas marítimas; projetar poder sobre terra; e contribuir com a dissuasão.

Quanto à negação do uso do mar e ao controle de área marítima, visualiza-se o GptOpFuzNav sendo empregado para ocupação, conquista ou reconquista de área terrestre ou insular que venham a garantir o uso por nossas forças ou negá-las ao oponente, para a destruição ou neutralização de meios de combate, comando e controle e de apoio, ou em ações de reconhecimento, tudo de modo a contribuir com a consecução dos efeitos desejados das citadas tarefas básicas.

No tocante à projeção de poder sobre terra, que pode ocorrer, seja por bombardeio naval com mísseis e canhões, pelo emprego da aviação naval, seja por meio de operações anfíbias, constata-se que esta última opção é a mais efetiva maneira de projeção de poder, pois, com a devida permanência, garante efeito duradouro à referida projeção, o que as destaca das demais opções.

No quadro das Operações Anfíbias, torna-se importante mencionar o grande incremento nas operações anfíbias trazido pelo novo tipo, recentemente incorporado à nossa doutrina, qual seja, a Projeção Anfíbia, agregando aos efeitos desejados alcançados pelos clássicos tipos – assalto, incursão, demonstração e retirada anfíbios – uma enorme gama de opções de emprego do conjugado anfíbio em ações de emprego limitado da força e mesmo benignas.

Observa-se que, no quadro de operações expedicionárias, os GptOpFuzNav são a natural opção de emprego do poder militar quando for necessário realizar uma “entrada forçada” além-mar, tendo em vista as restrições de alcance operacional de tropas paraquedistas ou aeromóveis e das suas capacidades de durar na ação.

⁷ Além da mobilidade por via marítima, poderá, ainda, valer-se da mobilidade aérea ou terrestre, ou de uma combinação destes modais.

⁸ Conforme previsto na Doutrina Básica da Marinha.

⁶ BRASIL. Presidência da República. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.



Figura 3: UAnf e a mobilidade estratégica

Fonte: Comando da Aeronáutica, Comando da Divisão Anfíbia, NDM "Bahia" e Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais

Já a contribuição do CFN para a dissuasão, inicia-se com a materialização da efetiva capacidade de constituir GptOpFuzNav adequadamente equipados, motivados e adestrados, para emprego imediato segundo uma doutrina autóctone, abrangente e customizada. Prossegue com as possibilidades de se embarcar um GptOpFuzNav e deslocar o conjugado anfíbio assim formado para área de interesse de modo a criar fato político, estratégico ou operacional que desencoraje atitudes indesejadas e incentive posturas favoráveis. Na opinião deste autor, diversas outras ações desenvolvidas em tempo de paz também se enquadram como iniciativas que contribuem para a dissuasão; como exemplo, cita-se a participação em atividades de emprego limitado da força no exterior, como as Operações de Paz, e em atividades benígnas, como apoio à política externa na cooperação para a formação de outras marinhas, na medida em que estas "comunicam" aos outros atores capacidades efetivas de nossa MB, bem como a disposição de empregá-las caso necessário.

Assim sendo, constata-se a significativa contribuição do CFN para que o PN possa, adequadamente, cumprir as tarefas constantes de sua missão. Esta contribuição está evidenciada na visão estatuída para o CFN, a qual orienta no longo prazo a manutenção desta força de relação custo-benefício altamente favorável ao país.

Nível Tático: o CFN e a DBM

Embora o emprego dos Fuzileiros Navais resulte em contribuições significativas nos níveis estratégico e operacional como tratado neste artigo, é no nível tático que as principais contribuições do CFN irão se materializar. Para entender estas contribuições, basta recorrer à DBM. Assim, a começar pelas operações de guerra naval, a par das Operações Anfíbias já abordadas anteriormente, destacam-se

Visão de Futuro do CFN

Até 2030, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), parcela intrínseca, portanto, indissociável do Poder Naval, consolidar-se-á como a força estratégica por excelência, de caráter expedicionário, de pronto emprego e projeção de poder. Como integrante do componente anfíbio da Marinha do Brasil, conferirá prontidão operativa e capacidade expedicionária ao Poder Naval ampliando suas possibilidades para atuar, tempestiva e eficazmente, em qualquer região que configure um cenário estratégico de interesse. O CFN será imprescindível para a proteção da Amazônia Azul, pois contribuirá para conferir credibilidade à presença do Poder Naval no Atlântico Sul, seus contornos e ilhas oceânicas.

as Operações de Ataque e de Esclarecimento, para as quais está prevista a participação de Fuzileiros Navais e que serão realizadas normalmente por pequenos efetivos de Operações Especiais⁹, não necessitando de todo o rito de planejamento e execução próprio das

⁹ Segundo interpretação do autor do texto da DBM.

Operações Anfíbias. Adicionalmente, destacam-se as contribuições do CFN para as seguintes operações de guerra naval: nas operações de bloqueio, nas situações que parcela deste pode ser realizado a partir de posições em terra; nas operações especiais; nas Operações de Defesa de Porto e Área Marítima Restrita, dando segurança na parte terrestre do Porto ou Área; nas Operações de Interdição Marítima, contribuindo nas ações de Grupos de Visita e Inspeção/Guarnição de Presa (GVI/GP) quando estas não demandarem o emprego dos MEC; nas Operações Psicológicas; nas Operações Ribeirinhas, integrando o trinômio navio-aeronaves-tropa (com suas embarcações orgânicas); nas Operações Terrestres de Caráter Naval; nas Operações Civil-Militar; e fornecendo destacamentos para a constituição de Grupo de Reação a Ameaças Assimétricas (GRAA) nos navios. Entre as ações de guerra naval, destacam-se a defesa antiaérea e de organizações terrestres e a defesa nuclear, biológica química e radiológica.

Entre as atividades de emprego limitado da força voltadas para a defesa da Amazônia Azul, destacam-se as seguintes contribuições do CFN: nas ações contra delitos transfronteiriços e ambientais; na patrulha naval, fiscalizando a pirataria, o terrorismo e outros ilícitos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB); na Inspeção naval; na cooperação com órgãos federais; na segurança de ações de instalações navais; nas operações de paz; nas operações de evacuação de não combatentes; na segurança das representações diplomáticas.

Nas operações classificadas como benignas, as principais contribuições do CFN dar-se-ão: no apoio à política externa; nas Operações Humanitárias; nas desminagens; e na Diplomacia Preventiva.

Comentários Finais

Como demonstrado, inúmeras são as possibilidades de contribuição do CFN para a defesa da Amazônia Azul, direta ou indiretamente participando da maioria das operações, ações e atividades previstas na DBM. Prova disso é o constante emprego dos Fuzileiros Navais em diversas situações em que a MB é chamada a participar. Seu emprego, em que pese sua destinação precípua voltada para as Operações Anfíbias, um dos eixos estruturantes do CFN¹⁰, pode ocorrer em um amplo campo de atividades em todo o espectro das operações militares.

ADSUMUS.

¹⁰ Definidos no artigo do AE (FN) Monteiro, na revista *O Anfíbio: A Próxima Singradura*, edição extra, 2010, são os seguintes os Eixos Estruturantes do CFN: Realizar Operações Anfíbias; Operar sob a organização de GptOpFuzNav; e Atuar segundo o estilo de pensar o combate da Guerra de Manobra. BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-0-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro. 2013.



Associação de Veteranos do
Corpo de Fuzileiros Navais
(AVCFN)

Venha fazer parte do time dos
Fuzileiros Navais de ontem, de
hoje e de sempre.
ASSOCIE-SE!

www.avcfn.com.br
(21) 2233-3162

